

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLV

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/10.58164/5p5g-pk91>

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

versus

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: o caso de África

FÁTIMA MOURA ROQUE

1. O ano de 2015 ficará na História como a data de definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, fixados na cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nova Iorque (EUA), de 25 a 27 de setembro.

A nova agenda vigorará até 2030 e baseia-se nos progressos e nas lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com 18 metas, que deveriam ter sido concretizados, na globalidade, entre 2000 e 2015.

Esta definição dos ODS é resultado do trabalho conjunto de governos e da sociedade civil de todo o Mundo, de forma a criar um novo paradigma global, para erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar (felicidade), proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Os ODS recomendados pela ONU são:

ODS 1: Erradicar a pobreza

ODS 2: Erradicar a fome

ODS 3: Saúde de qualidade

ODS 4: Educação de qualidade

ODS 5: Igualdade de género

ODS 6: Água potável e Saneamento

ODS 7: Energias renováveis e acessíveis

ODS 8: Trabalho digno e Crescimento económico

ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas

ODS 10: Reduzir as desigualdades

ODS 11: Cidades e Comunidades adaptadas às novas circunstâncias

ODS 12: Produção e Consumo sustentáveis

ODS 13: Alterações Climáticas

ODS 14: Proteger a Vida Marinha

ODS 15: Proteger a Vida Terrestre

ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes

ODS 17: Parcerias para a concretização dos Objetivos

*Os cinco “P” dos ODS podem ser traduzidos por
paz, pessoas, planeta, prosperidade e parceria.*

Se compararmos os ODS (2015–2030) com os ODM (2000–2015), verificamos que os ODS são mais completos e atuais quanto à listagem dos “novos/velhos” problemas do planeta. Todavia, os ODM foram recuperados por não terem sido realizados por todos os países do Mundo, em particular pela maioria dos países Africanos.

Os ODM eram (*The Millenium Development Goals Report, 2015, United Nations*):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar o ensino primário universal
3. Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Sida, a malária e a tuberculose
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Reforçando esta comparação, é fundamental constatar que todos os ODM estão incluídos nos ODS.

Quadro 1: Comparação entre os ODM e os ODS

8 ODM (2000-2015): 18 Metas

17 ODS (2015-2030): 169 Metas

FONTE: CÁLCULOS DA AUTORA

2. Como se referiu antes, há ODM que não foram totalmente realizados, de 2000 a 2015, e não estão explicitamente (ou com o realce necessário) mencionados

nos ODS: A dívida dos PPAE — países pobres altamente endividados, os problemas específicos dos países interiores e insulares, o combate ao HIV/Sida, à malária, à tuberculose, à febre amarela e a outras doenças contagiosas, altamente perniciosas, em África e na América Latina, como, por exemplo, a febre de dengue e o vírus zika, o papel das farmacêuticas e obtenção de preços comportáveis, o sistema comercial baseado em regras, previsível e não discriminatório, isenção de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos (PMD); desenvolvimento sustentável do sector privado e de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Também, como seria de esperar, há ODS que não estavam contemplados nos ODM:

Energias renováveis e acessíveis; promoção da indústria, inovação e de infraestruturas; desenvolvimento de cidades e comunidades adaptadas às condições iniciais de cada país; produção e consumo sustentáveis; paz, justiça e instituições.

E, para terminar, sem ter a pretensão de ser exaustiva, num tema tão recente e vasto (que cobre todo o Planeta), há objetivos a que nem os ODM nem os ODS dão a atenção necessária, pelo menos, para a África, apesar da sua importância vital para o desenvolvimento sustentável do Continente:

Diversificação das economias, fomento da agricultura, investimento produtivo, investimento direto estrangeiro (IDE), reconstrução pós-conflito/pós-crise, políticas setoriais e regionais, “partilha” da terra e direitos de propriedade, fundo de ajuda pública aos países assolados por crises conjunturais, ajuda na luta pela alteração de mentalidade das elites políticas, económicas, civis, sindicais e culturais, erradicação do terrorismo, da pirataria, da escravatura, do contrabando de órgãos humanos, de armas e de drogas, bem como a criação de um fundo de ajuda ao desenvolvimento dos países de origem para diminuir consideravelmente o número de refugiados e de exilados políticos e económicos.

2.1. As Nações Unidas dedicaram o dia 17 de outubro, desde o ano de 2000, à consciencialização da erradicação da pobreza, da miséria e da fome em todo o Mundo. Já em setembro de 2000, a Declaração do Milénio das Nações Unidas tinha reforçado a disponibilidade da Comunidade Internacional para apoiar os esforços em África, com o objetivo de resolver os problemas da erradicação da pobreza, da doença e do subdesenvolvimento, bem como o da marginalização do Continente.

“Muito sobre a pobreza é bastante óbvio”. Reconhecer o problema, compreender as suas causas e encontrar a solução para a erradicação da fome é suficientemente fácil. Esta é, em linhas gerais, a mensagem de *Amartya Sen* (1981), no seu já clássico *Poverty and Famines*. Será, de facto, assim tão óbvio e fácil encontrar a solução para este flagelo que mata milhões de seres humanos em todo o Mundo, particularmente em África? A solução pode ser óbvia, todavia a erradicação da pobreza, e consequentemente da fome, tem provado, na prática e ao longo dos anos, ser um problema muito complexo e dependente de inúmeras variáveis endógenas e exógenas a África, umas de natureza político-institucional e outras de natureza socioeconómica (ver Moura Roque, 2012, 2.^a edição, *A África, a Nepad e o Futuro*, Texto Editores, Luanda).

A pobreza (e o analfabetismo) persegue África. Em toda a África subsariana, de 1990 a 2012, o número de pessoas que viviam na pobreza (\$US 1,25 por dia) subiu de cerca de 300 milhões para quase 450 milhões, enquanto o número de Africanos a viver com menos de 2 dólares por dia cresceu de 390 milhões para cerca de 600 milhões. Ainda assim, a proporção dos que viviam na pobreza decresceu de 57% para 39% nesse mesmo período.

Em 1990, 43% da população dos países em vias de desenvolvimento viviam numa situação de pobreza extrema (na altura definida como limite \$US 1 por dia); o número absoluto era de 1.9 mil milhões de pessoas. Por volta de 2000 (dez anos passados) a proporção desceu para um terço. Em 2010, era de 21% (ou 1.2 mil milhões; a linha da pobreza era então de \$US 1.25, a média dos 15 países mais pobres, aos preços de 2005, ajustados pela PPC). A taxa global de pobreza tinha, assim, sido “cortada” para metade (ODM 1) em 20 anos.

Todavia, ficam em África 7 das 10 economias mais desiguais do Mundo, no que diz respeito à distribuição da riqueza, do rendimento, das oportunidades e ao acesso aos serviços sociais públicos (coeficiente de Gini). Estima-se também, que em 2015, 366 milhões de Africanos continuavam a “sobreviver” com menos do que \$US 1.25 por dia (Banco Mundial, 2014).

Sem dúvida que, de 1990 a 2012, a força motora por detrás da redução mundial da pobreza foi o crescimento. Na última década, os países em vias de desenvolvimento cresceram em média 6% ao ano – 1,5 pontos mais do que de 1960 a 1990. Tudo isto apesar da crise mundial que começou em 2007. A Ásia Oriental cresceu 8% ao ano, a Ásia do Sul 7% e a África 5%. Todavia, sabemos também que o

crescimento por si só não garante menos pobreza. A distribuição do rendimento – a média do coeficiente de Gini para África em 2015 foi de 0,529, enquanto a média mundial era inferior a 0,4 — é também um vetor fundamental. Estima-se que 2/3 da redução da pobreza é resultado do crescimento e 1/3 de uma maior igualdade na distribuição do rendimento, da riqueza e das oportunidades.

Na África subsariana, em particular, continua a haver um elevado número de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza. A média de consumo dos mais pobres em África é somente de 70 centimos por dia — valor idêntico ao que era há 20 anos. O Continente tem feito um grande esforço, mas nem mesmo postulando que os próximos 20 anos serão de progresso se conseguirá tirar os restantes milhões da pobreza. À taxa de crescimento atual e com os existentes coeficientes de Gini (nos principais países africanos), um quarto dos Africanos ainda consumirão menos de \$US 1.25 por dia, em 2030.

Em 2030, cerca de 2/3 dos pobres no Mundo encontrar-se-ão nos chamados “estados frágeis”, como a República Democrática do Congo (RDC), a República Centro-Africana (RCA), o Sudão do Sul, o Mali, a Guiné-Bissau e a Somália. Muitos dos restantes estarão em países de rendimento médio. Temos aqui um “duplo dilema” para os doadores: os países de rendimento médio não deviam precisar, de facto, de ajuda, enquanto os estados frágeis não a usam adequadamente. Para que uma descida radical da pobreza se verifique, é preciso reformular o papel da ajuda pública ao desenvolvimento.

Contudo, há medidas de política que devem ser tomadas por cada país africano, com a urgência e a intensidade necessárias para combater estes e outros flagelos em África, tais como: aumentar o investimento público selecionado e eficaz — que pode estimular o investimento privado adicional (conhecido como *crowding in*); melhorar os estabilizadores automáticos, tais como os subsídios de desemprego, as despesas com “o estado social”, a segurança social e as subvenções do Estado aos governos provinciais e locais; aplicar medidas que invertam a extrema desigualdade e a pobreza, que protejam e criem emprego, que melhorem a educação e a saúde de qualidade e expandam o acesso aos setores-chave da economia, incluindo o microcrédito e a posse da terra. Estas devem constituir uma parte significativa das medidas de política necessárias para aliviar (e mesmo a curto prazo derrotar) esta preocupante e nefasta ligação entre a pobreza, a fome, a exclusão social e o analfabetismo.

O ASDI (*African Social Development Index*) mede o progresso na redução da exclusão humana nas várias dimensões do bem-estar, tais como a saúde, a educação, o emprego e o rendimento. Os poucos dados estatísticos disponíveis mostram que, na generalidade (exceção para Marrocos e Zâmbia, entre os países analisados), a situação do desenvolvimento social manteve-se praticamente inalterada — providenciando um terreno fácil para a instabilidade sociopolítica, para o reacender de conflitos e para o avanço do terrorismo, que se verificam um pouco por toda a África, principalmente no Norte de África, na região do Sahel e no Corno de África (ver *Industrializing through trade*, UNECA, 2015, quadro 2.2, p. 57).

Em resumo, os principais (*core*) desafios que a África enfrenta para alcançar um futuro com sucesso continuado podem ser agrupados em cinco categorias essenciais que, se enfrentados e resolvidos com uma determinação positiva, em última análise conduziriam o Continente a “quebrar” o elo existente entre a pobreza e o investimento insuficiente na educação. Estes desafios são: a criação e/ou desenvolvimento de instituições eficazes, inclusivas e transparentes — com ramificações políticas, sociais, económicas, ambientais, setoriais e regionais. A educação e a sua estreita relação com a pobreza, a capacitação das mulheres, a saúde, o índice de desigualdade; a educação é a melhor aliada no combate aos problemas de segurança, de conflitos entre religiões e a uma melhor afetação de recursos. O terceiro desafio está relacionado com o investimento na diversificação da economia: acabando com a dependência do sector da exportação num só produto; na política industrial a fomentar de forma a que a cadeia de produção beneficie o Continente; na transformação de África num polo global de crescimento; no aumento do índice de liberdade económica; e na construção de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento da agricultura, da indústria transformadora, do comércio (inter e intra) e dos serviços. O quarto desafio está ligado à industrialização. A industrialização é um imperativo para a África cumprir os objetivos da Agenda 2063 no contexto da economia global, constrangida, como se sabe pelas alterações climáticas e dinâmicas complexas de oferta e procura, bem como conduzida pela sequência competitiva da oferta a todos os níveis – ver *Greening Africa’s Industrialization*, UNECA, 2016. Por último, o quinto desafio consiste em dar voz efetiva à sociedade civil de forma a desenvolver uma classe média com níveis elevados de empreendedorismo, promover o investimento produtivo, atrair o IDE e defender a legitimidade democrática e os direitos humanos.

2.2 Nas últimas décadas, a África esteve envolvida em mais conflitos, na maioria sangrentos e prolongados, que qualquer outro Continente. Todavia, a determinação da liderança política e da sociedade civil na construção da paz, da segurança e da reconciliação com justiça social numa parte importante do Continente africano permite-nos concluir que nas duas últimas décadas, houve mais países a alcançar uma paz com inclusão em África, mesmo que por vezes ainda instável, do que reacendimento de novos conflitos. Mesmo assim, a pobreza extrema estrutural, a desigualdade social crescente, a criminalidade elevada, o terrorismo, a corrupção generalizada, a instabilidade política e económica, a má distribuição dos recursos, a deficiente governança, bem como a pressão demográfica, constituem os principais fatores geradores de uma paz “instável” com processos frágeis de reconciliação. Por isso, nestes países as diferenças étnicas, culturais e religiosas têm tendência a acentuar-se, aumentando o risco de conflitos. A solução está, na generalidade dos casos, na realização de eleições livres, honestas e regulares que garantam, não só a participação plena das populações a todos os níveis da vida política, económica, social e institucional, mas também, a igual distribuição dos benefícios da paz e da riqueza dos seus países, através de uma boa governança com segurança, com investimento forte na educação, com criação de emprego de qualidade e inclusão social.

Por conseguinte, o Continente africano não estava todo em paz, mas era, em 2015, um lugar mais seguro do que alguma vez foi (excluindo a África do Norte). No entanto, cinco países saem fora deste cenário e ameaçam “contaminar” os seus vizinhos. São eles: o Mali (a Mauritânia, a Argélia, a Líbia e o Níger), o Sudão do Sul (a República do Sudão, a Etiópia, o Uganda e a RCA), a República Federal da Somália (o Djibouti, o Quênia e o Iémen), a RCA (o Chade, a RDC e o Sudão do Sul), e a RDC (o Ruanda, o Burundi, o Uganda e a RCA).

No Mali e na Somália há jihadistas e grupos associados à Al-Qaeda (internos e externos). Nos restantes três há antagonismos étnicos e religiosos, bem como problemas relacionados com lutas entre classes sociais. A União Africana (UA) e a União Europeia (UE), em particular a França, estão atentas, mas não conseguiram até agora resolver o essencial, i.e., corrigir a fragilidade das instituições nacionais, a criação (difícil, sem dúvida) do estado de Direito, adequar as necessidades de mais e melhor investimento na educação e a execução de políticas ativas de combate ao desemprego jovem. Estes fatores podem, por si só, dar

origem a conflitos sangrentos nos cinco países e nos seus vizinhos. Se juntarmos o facto de abrangerem uma vasta área com problemas ao nível das infraestruturas e vulneráveis ao crime, à migração, à pirataria e ao terrorismo, temos uma combinação explosiva. No 11.º Congresso da ONU sobre o Crime, foi adotada a *Declaração de Banguecoque*, em 25 de abril de 2005, constando, entre outras matérias, o tráfico de seres humanos, o branqueamento de capitais, a corrupção, o crime informático e as principais causas da criminalidade. Os alertas existem, todavia em África nem sempre são ouvidos!

Todos estes fatores deram origem a cerca de 2 milhões de refugiados, sendo a Somália a segunda maior fonte de refugiados do Mundo distribuídos pelo Quênia, Etiópia e Iémen (Médio-Oriente).

Assim, a Região do Sahel enfrenta uma perigosa crise de múltiplas dimensões. E as diferentes instituições regionais da UA, tais como ECOWAS, CEMOC e CEN-SAD, têm mostrado ser pouco eficazes para enfrentar os desafios e promover uma resposta adequada. Os atores principais, i.e., a Nigéria, a Argélia, Marrocos e a Líbia parecem estar numa competição aberta ou enfrentam também sérios problemas internos. A ausência de eficácia da UA é, infelizmente, um lugar-comum em África cujas consequências estão a tornar-se amplamente aparentes na República Centro-Africana e no Sudão do Sul.

Resumindo, a violência política existe, os conflitos acabam e recomeçam, mas o número é menor do que há 14 anos; a pobreza e a fome continuam presentes em todo o Continente, mais nuns países do que em outros, mas a pobreza relativa em (algumas partes de) África está a diminuir, se bem que ainda longe de atingir as metas preconizadas pelos ODM; o desemprego jovem é um facto cada vez mais preocupante, mas o Continente nunca teve quadros tão bem preparados como atualmente, todavia uma grande parte vive na diáspora – no entanto, faltam as condições, na maioria dos países, para que possam regressar; a burocracia e a falta de liberdade económica são dois indicadores que afastam o investimento direto estrangeiro (IDE). Muitos outros indicadores podiam ser aqui mencionados, tais como: a falta de suficiente investimento na diversificação das economias e combate às alterações climáticas; a rigidez dos vários mercados e leis associadas; o pequeno volume de comércio e investimento inter e intra países; o baixo nível de I&D (investigação e desenvolvimento) aplicado nas universidades, nas empresas, nos ministérios, no desenvolvimento das indústrias transformadoras, na

agricultura e na investigação agrícola; pouca atenção à paz e reconciliação duradouras e a consequente falta de força política de muitas organizações da sociedade civil, tanto a nível do Continente, como a nível Regional.

3. “O desafio que a África enfrenta é não só manter o rápido crescimento económico mas também transformá-lo em desenvolvimento sustentável e inclusivo, baseado na diversificação económica que crie empregos, que fortaleça o acesso aos serviços básicos, que reduza as desigualdades e contribua para a erradicação da pobreza sem esquecer o desenvolvimento dos recursos naturais” (UNECA, 2016, cap. 1).

Este desafio renova os apelos que têm sido feitos por académicos africanos (e não só) para a importância e necessidade de os países realizarem transformações estruturais que promovam o desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável (ver, p.e., Moura Roque, F., 1997, *Building the Future in Angola: A vision for sustainable development*, CELTA Editora (Oeiras); Fosu, A.K and Collier, P., 2005 (Editors), *Post-Conflict Economies in Africa*, Palgrave, Mcmillan). A definição de transformação estrutural e sistémica como uma importante característica do processo de desenvolvimento foi delineada pela autora em finais da década de 1970 para Angola (documentos políticos) e publicada, p.e., em Moura Roque, F., 1997, *ibid*, caps. 7 a 9, e em 2005, *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Almedina, pp. 17 a 103; a UNECA (2015, no quadro 1.2) define transformação estrutural como um processo contínuo que implica uma nova afetação de recursos — em particular, novos investimentos — de atividades de baixa para elevada produtividade dentro e entre setores, especialmente na agricultura, indústria e serviços.

A “... industrialização e transformação estrutural em África devem promover a acumulação de fatores (incluindo investimento em capital humano, natural e social), a sua reafetação e organização, o conhecimento tecnológico e a inovação que impulsionem o aparecimento de novas e dinâmicas atividades verdes, e o aumento da importância, para as economias nacionais, de setores verdes, tais como a agricultura orgânica, a energia renovável e o ecoturismo” (UNECA, 2016, pp. 21 e 22).

Para que a África possa aspirar ser um polo de crescimento global precisa de concretizar, entre outros, certos imperativos: 1) manter uma taxa de crescimento real média de 7% ao ano por, pelo menos, duas décadas (definida no Programa do

Plano de Ação de Istambul, a ser alcançada por volta de 2020); 2) acelerar o desenvolvimento da industrialização verde através de programas de transformação estrutural, social e económica, de forma a que a quota da indústria transformadora seja pelo menos de 25% do PIB; 3) dar prioridade a uma economia intensiva em conhecimento, investigação e qualificação dos recursos humanos através da criação de centros de excelência; 4) alcançar taxas de alfabetismo de, pelo menos, 77% para os adultos e de 90% para os jovens; a possível e desejável transformação da educação em conhecimento pode aumentar não só a produtividade da mão de obra como também a competitividade dos países – o que seria fundamental para a introdução de uma industrialização verdadeiramente transformável e de um crescimento mais inclusivo (ver UNECA, 2016, cap. 2); e 5) desenvolver o empreendedorismo nacional capaz de trabalhar em conjunto com IDE, promovendo a transferência de conhecimento e assegurando *spillovers* tecnológicos para as economias — *forward* e *backward* (ver Moura Roque, F., 2013, “A África: O Continente do Século XXI?”, *Boletim da AICP*, nº 40 (2013), pp. 33-50).

Depois de duas décadas de quase estagnação, o comportamento económico de África tem melhorado significativamente desde o início do século XXI. De facto, desde o ano 2000, o Continente tem visto uma subida de crescimento baseada nas *commodities*. Entre 2002 e 2008, a média do crescimento real foi de 5,6% ao ano. Em 2009, a taxa de crescimento foi somente de 2,2% devido à crise financeira global e à subida repentina do preço dos bens alimentares e do petróleo. Contudo, a África rapidamente recuperou e alcançou uma taxa média de crescimento real de 4,6% em 2010. Em 2011, o Continente voltou a fraquejar devido às convulsões sociais e políticas no Norte de África; em 2012, regressou às taxas de crescimento de 5,0% apesar da estagnação (se não mesmo recessão) e incerteza globais.

De 2012 a 2015, a África apresentou novamente uma taxa de crescimento incipiente, devido, principalmente, ao baixo preço da energia e da generalidade das *commodities*, à falta de um ambiente atraente para o IDE e à dificuldade de obtenção da ajuda pública para o desenvolvimento. Apesar destes fatores, a taxa média anual de crescimento real do PIB no Continente desceu somente de 3,9% em 2014 para 3,7% em 2015, numa média, contudo, muito influenciada pelo crescimento elevado em grandes economias, incluindo a Etiópia (9,3%), o Quênia (6,4%) e a Mauritânia (5,8%). Em comparação, os considerados gigantes do crescimento económico em África apresentaram, entre 2000 e 2014, uma taxa média

anémica, como p.e., a África do Sul (3,6%; e apenas 1,7% em média anual entre 2013 e 2015), a Nigéria (8%; se bem que em 2015 tenha sido de somente 2,7%) e Angola (7,8%; e de 2,9% em 2015) — ver UNECA, 2016, Cap. 1.

Com este cenário, não só a pobreza não diminuiu, como não houve suficiente investimento na diversificação das economias de forma a gerar empregos (em particular, empregos baseados em mão de obra qualificada) e criar mais rapidamente desenvolvimento social. Houve, contudo, mudanças positivas, especialmente na educação, nas taxas de mortalidade infantil e materna e na capacitação das mulheres. No entanto, o ritmo foi demasiado lento para que a África tivesse conseguido concretizar os Objetivos (sociais, em particular) de Desenvolvimento do Milénio, até 2015.

Não só no aspeto social a África se atrasou. Há défices nas capacidades institucionais do Estado, nas infraestruturas físicas e económicas, na programação e planeamento de medidas de política a executar, e na capacidade para combater os choques externos – contribuindo assim para aquilo que o Continente deve considerar como desafio da transformação (ver Moura Roque, F., 1993, “The Angolan Economy: Coordinates for Structural and Systemic Transformation”, *Working Paper*, 2013, Universidade Nova de Lisboa). Os países Africanos, os seus líderes políticos e económicos, bem como as sociedades civis, devem rapidamente analisar as razões por que o crescimento económico e o comércio mais elevados não conduziram à diversificação das economias, não geraram empregos e não promoveram mais desenvolvimento socioeconómico.

A África tem suficientes recursos humanos e naturais para promover a industrialização e a transformação estrutural económica e social, através do desenvolvimento de estratégias de valor acrescentado em todos os setores. A África possui também uma população jovem crescente, urbana e cada vez mais qualificada, terras férteis e abundante oferta de água. A África tem, adicionalmente, cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo e 42% de ouro, 80% a 90% de crómio e platina e 60% de terra arável e enormes recursos piscatórios e florestais (em especial madeiras só existentes no Continente). Estes recursos, com o aumento da procura de recursos naturais vindo, em particular, das economias emergentes (China e Índia), fazem de África um destino atrativo para o IDE. Todavia, até aqueles países que fizeram progressos significativos nos fundamentais macroeconómicos e na governança têm tido dificuldade em atrair IDE fora do setor dos recursos naturais.

Por conseguinte, é fundamental que o Continente adote a estratégia de valor acrescentado aos produtos, em particular aos que exporta, para promover crescimento sustentado, criar mais emprego (trabalho, capital e conhecimento intensivos) e assim obter a transformação estrutural sustentável das suas economias. A promoção da industrialização baseada em bens/produtos (*commodities*) cujo valor acrescentado fique em África, pode ser um instrumento poderoso para os países africanos combaterem “a tirania do financiamento” (UNECA, 2013, p. 9) e o facto de a produção de muitos desses bens ser na sua origem capital-intensivo. Daqui resultarão uma economia e uma sociedade mais justas, inclusivas e estáveis, bem como a criação de ligações *backward* e *forward* na cadeia de produção.

Todavia, apesar do legítimo otimismo que se sente por toda a África, o novo paradigma socioeconómico deverá ultrapassar essencialmente dois obstáculos fundamentais: a reduzida eficácia das instituições (ou inexistência em vários casos) e a corrupção. Se não se garantirem aos investidores internos e estrangeiros elementos tão simples como o direito de propriedade, liberdade económica e empresarial, bem como regras claras e previsíveis – não haverá estabilidade e confiança. O segundo obstáculo está relacionado com a elevada taxa de urbanização. Daqui a vinte anos, a África terá pelo menos mais 800 milhões de pessoas. A maior parte deste enorme crescimento populacional terá lugar nas cidades. As cidades são fundamentais para a inovação, criatividade, criação de riqueza e de empregos. Para isso serão necessários melhores governos, melhores e mais infraestruturas, serviços públicos, educação e saúde e forças de segurança bem treinadas e com ética cívica. Assim, a economia africana com sucesso precisa de: maiores gastos com urbanização, educação e saúde, financiados pelos impostos, que poderão também melhorar e sustentar o crescimento económico e o ambiente, bem como criar empregos e reduzir a desigualdade na distribuição dos rendimentos, da riqueza e das oportunidades.

A África contém, em si mesma, como mais nenhuma outra Região do Mundo, a promessa de um futuro melhor, mais democrático, mais livre, mais respeitador dos direitos humanos e mais próspero.

FALTA A LIDERANÇA!